

## Direito à Ética

O [Decreto nº 1.171, de 1994](#), aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e determinou aos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta que constituíssem comissões de ética.

Mais à frente, no [Decreto nº 6.029, de 2007](#), estabeleceu que era **responsabilidade pessoal** do(a) titular do respectivo órgão ou entidade “assegurar as condições de trabalho para que as Comissões de Ética cumpram suas funções”.

Esses deveres – de criar as comissões de ética e de dar a elas condições de atuação – correspondem a **um direito dos cidadãos** a uma instância especial acessível e desburocratizada, que permite à sociedade exercer o controle social inerente ao regime democrático.

Vale dizer que qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá acionar as comissões de ética diante de infração ética atribuída a agente público, órgão ou setor específico das respectivas instituições.

Mas não é só isso. A existência das comissões de ética é também **um direito dos servidores e empregados públicos** de terem acesso a uma instância consultiva à qual possam recorrer em caso de dúvidas sobre condutas individuais e institucionais, e que sirva de fator de segurança para os agentes públicos, norteando o seu

comportamento, protegendo-os de acusações infundadas e ajudando a promover uma cultura ética em toda administração.

Para exercer esse papel, as comissões contam com uma característica muito importante, que é o fato de seus membros (escolhidos entre os quadros da instituição) terem **mandato**. Isso garante que a Comissão atue de maneira **autônoma e independente**, buscando sempre a solução mais vantajosa para o bem comum.

Contem com a Comissão de Ética para juntos construirmos um ambiente cada vez mais ético, em que os agentes públicos possam ser reconhecidos por sua competência e compromisso com o interesse público!



Fonte:

Boletim da Rede de Ética do Poder Executivo Federal

## Conduta ética na pandemia



Pandemia é um termo epidemiológico utilizado para descrever uma disseminação mundial de uma nova doença que vem se espalhando por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. E cada pessoa traz consigo uma variedade de virtudes, vícios, sentimentos que em momentos como este acabam se fazendo mais presente. E em uma extrema diversidade, como lidar com ética em tempos de pandemia?

A ética não é individual! Não tem a ver com você e sim com todos! A ética não é unívoca entre as pessoas, pois não há um mesmo entendimento sobre o que é ético. Mas de uma forma bastante simples, a ética é uma ciência da prática, do fazer e mesmo tendo como base diversos pensamentos e teorias de escolas filosóficas, é agindo que a ética é vista, conhecida e entendida.

Há várias virtudes que norteiam as condutas éticas, tais como honestidade, prudência, responsabilidade, sigilo, empatia, entre outros. No entanto, não é você quem fala da sua própria virtude e sim o outro que reconhece a virtude em você. As nossas virtudes são públicas e em tempos de pandemia não seria diferente.

É certo que a pandemia redefine comportamentos, identifica certas virtudes e vícios, tais como a irresponsabilidade, que é o oposto da prudência e o gozo paranoico com discurso exagerado e pessimista acerca do vírus. É prudente resistir a discursos irresponsáveis e apocalípticos. Nunca foi tão fundamental a virtude aristotélica da prudência, principalmente nas decisões de distanciamento social e de quando sair dela.

Na escola deontológica a premissa discutida tem que valer para todo mundo. Se não vale para todos, não é ético, pois não atende à norma universal. Sendo assim, é importante a busca de normas para auxiliar no norteamento das nossas virtudes e atitudes. Ou seja: Se você tem sintoma e estes se agravam, você busca ajuda médica; se começam testagem em massa, você testa; se você testa positivo para coronavírus, você deve ficar isolado. Ou seja, aquilo que você faz, todos deveriam fazer, o que é utópico, mas deve ao menos funcionar como parâmetro. Percebemos então que a pandemia pode ser resolvida com o comportamento de todos e não apenas por atos dos órgãos competentes e diretrizes entregues às instituições. Temos que aprender a lidar com o vírus, sendo cada um ator da sua responsabilidade moral.

Não venceremos essa pandemia sem a virtude da coragem e da prudência. O momento atual deve ser vivido com um somatório de esforços com as virtudes que possuímos e até mesmo aprimorar algumas que certamente nos ajudará a sermos éticos nas próximas adversidades.